vinetur

Câmara dos Comuns aprova na generalidade projeto de lei das Finanças com aumento dos impostos sobre o álcool

O principal projeto fiscal do Governo segue para análise em comissão, com alterações aos benefícios para pequenos produtores, aos impostos bancários, às taxas comerciais e aos impostos sobre veículos elétricos

terça-feira, 24 de novembro de 2026



A Câmara dos Comuns aprovou na generalidade o projeto de lei das Finanças na segunda-feira, 23 de novembro, fazendo avançar para a fase parlamentar seguinte a principal iniciativa legislativa fiscal do Governo e mantendo um pacote que inclui aumentos dos impostos sobre o álcool e alterações aos benefícios para pequenos produtores.

O projeto de lei é o principal instrumento para transformar em lei as medidas do Orçamento de 28 de outubro. Ao abrir o debate, o secretário do Tesouro Dan Tomlinson afirmou que o Governo tinha optado por uma abordagem que descreveu como fiscalmente disciplinada, destinada a apoiar as famílias, as empresas e a manter as finanças públicas sob controlo. Defendeu que a legislação foi concebida para ajudar o país a gerir as pressões económicas externas, protegendo simultaneamente a estabilidade a longo prazo.

Durante o debate, Tomlinson apresentou um conjunto alargado de medidas fiscais e de despesa associadas ao projeto de lei. Disse aos deputados que o Governo concederia um apoio de £100 para a energia às famílias, abrangendo até 20 milhões de agregados em janeiro, prolongaria a redução do IVA nas faturas de eletricidade e manteria o congelamento do imposto sobre os combustíveis. Para financiar esse apoio, afirmou, o projeto de lei aumentaria temporariamente em três pontos percentuais a sobretaxa do imposto sobre as sociedades aplicada aos bancos, com o aumento previsto terminar a 31 de março de 2028.

No que diz respeito às empresas, Tomlinson afirmou que o Orçamento tinha confirmado reduções nas faturas de até 25% para mais de 10 000 empresas elegíveis, a partir de abril de 2027, através do programa britânico para a competitividade industrial. Disse também que o Governo aumentara de 15% para 35%, a partir de abril de 2027, o apoio nas taxas comerciais a pubs, clubes e salas de música. Além disso, afirmou que cerca de mais 70 000 imóveis comerciais em zonas de comércio local deixariam de pagar taxas comerciais, enquanto as taxas aplicadas às restantes empresas destes setores seriam congeladas em termos reais durante dois anos.

Estas medidas são particularmente relevantes para o setor das bebidas, uma vez que o projeto de lei das Finanças inclui também alterações com impacto direto na tributação do álcool. O projeto prevê aumentos do imposto sobre o álcool e revisões dos benefícios para pequenos produtores, uma combinação que poderá alterar os custos fiscais de cervejeiros, produtores de sidra, destiladores e outras empresas de bebidas, afetando também a forma como os operadores de menor dimensão concorrem com os maiores produtores no mercado britânico. Ao mesmo tempo, os benefícios nas taxas comerciais para pubs e clubes poderão aliviar parte da pressão sobre os estabelecimentos de restauração e bebidas que vendem estes produtos.

Tomlinson afirmou que o projeto de lei incluía também medidas destinadas a incentivar o investimento e o crescimento das empresas. Disse aos deputados que as reformas dos benefícios fiscais à investigação e desenvolvimento simplificariam o processo de candidatura para cerca de 40 000 empresas e ajudariam mais empresas a aceder a £65 milhões em benefícios. As alterações aos programas de capital de risco destinavam-se, afirmou, a facilitar a sua utilização e a canalizar mais investimento para empresas em fase inicial e em crescimento. O projeto de lei aumentaria também de £1 000 para £3 000 o limite da isenção fiscal para rendimentos comerciais, disse, e introduziria um novo benefício em sede de imposto sobre mais-valias para fundadores, com uma taxa de 10% sobre mais-valias ao longo da vida até £10 milhões para fundadores ou investidores iniciais em empresas inovadoras e de elevado crescimento.

Para além destas medidas de crescimento, Tomlinson afirmou que o Governo pretendia modernizar a administração fiscal e reduzir o incumprimento. Disse à Câmara que o projeto de lei abriria caminho à faturação eletrónica, atualizaria as regras de correção de erros e reforçaria a capacidade da HM Revenue and Customs para identificar impostos não pagos. Afirmou que se esperava que as medidas mais abrangentes anunciadas com o Orçamento gerassem mais £2,3 mil milhões em 2029-30, através da redução do défice fiscal, elevando o total arrecadado ao longo desta legislatura para mais de £12 mil milhões. Disse ainda que o projeto introduziria um imposto especial sobre veículos elétricos a partir de abril de 2028, como parte de uma substituição a longo prazo das receitas perdidas com o imposto sobre os combustíveis, à medida que aumenta a utilização de veículos elétricos.

Os deputados da oposição aproveitaram o debate para questionar o Governo sobre o impacto de várias alterações fiscais. O deputado conservador Graham Stuart perguntou o que significariam os impostos mais elevados sobre imóveis arrendados para a oferta de habitação e para as rendas. Mais tarde, questionou por que razão grandes empresas, como o Compass Group, estavam a considerar mudar-se para Nova Iorque e perguntou o que faria o Governo para impedir que as empresas abandonassem o Reino Unido devido ao que descreveu como uma tributação excessiva. Tomlinson afirmou que não tinha falado pessoalmente com essa empresa, mas disse que o Governo estava a analisar formas de aprofundar os mercados de capitais e apoiar a bolsa de valores.

Outros deputados centraram-se no impacto de medidas fiscais específicas sobre clubes e empresas locais. O deputado conservador Sir Ashley Fox afirmou que o tesoureiro de um clube social do seu círculo eleitoral lhe tinha dito que o aumento do imposto sobre jogos em máquinas custaria ao clube £1 500, além do aumento dos custos com as contribuições para a Segurança Social, colocando em risco um espaço de importância comunitária. Tomlinson respondeu que o aumento de cinco pontos percentuais do imposto sobre jogos em máquinas era limitado e visava as máquinas com apostas mais elevadas. Acrescentou que «praticamente todas» as máquinas em pubs e clubes não seriam afetadas, embora se tenha mostrado disponível para analisar melhor o caso.

O debate evidenciou a tentativa do Governo de equilibrar aumentos de impostos em algumas áreas com apoios específicos noutras. O setor das bebidas deverá acompanhar atentamente esse equilíbrio à medida que o Parlamento analisa o projeto de lei em maior detalhe, uma vez que as alterações ao imposto sobre o álcool e aos benefícios para pequenos produtores podem repercutir-se nos preços, nas margens e no acesso ao mercado, tanto para as empresas de hotelaria e restauração como para os produtores independentes.